



O SILÊNCIO DO FILÓSOFO

algumas observações sobre o
silêncio epistemológico de
Wittgenstein

THE PHILOSOPHER'S SILENCE

some remarks on Wittgenstein's epistemological silence

Marcelo Ferreira Ribas¹

¹ Doutorando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: marceloferreiraribas@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8337699037672976>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5477-375X>.



RESUMO: O artigo propõe compreender a questão do silêncio em Wittgenstein como um traço constante do seu pensamento, do *Tractatus Logico-Philosophicus* às *Investigações Filosóficas*. Nos dois primeiros momentos, o texto explora as duas fases da filosofia do autor, que se divide em “primeiro” e em “segundo Wittgenstein”, para mostrar a relação do silêncio com o seu pensamento; no terceiro momento procura-se evidenciar algumas dessemelhanças no tratamento do tema. Com a exposição, o artigo propõe interpretar o silêncio filosófico de Wittgenstein como silêncio epistemológico, sendo exatamente este o ponto aqui defendido como um traço que permanece constante nas reflexões do autor. O silêncio epistemológico diz muito a respeito da relação de Wittgenstein com a filosofia e com a linguagem, razão pela qual pode ser compreendido como uma possível chave de leitura da filosofia wittgensteiniana.

Palavras-chaves: Filosofia. Linguagem. Silêncio epistemológico. Continuidade.

ABSTRACT: The article proposes to understand the question of silence in Wittgenstein as a constant trait of his thought, from the *Tractatus Logico-Philosophicus* to the *Philosophical Investigations*. In the first two moments, the text explores the two phases of the author's philosophy, which are divided into “earlier” and “later Wittgenstein”, to show the relationship between silence and his thought; in the third moment, an attempt is made to highlight some dissimilarities in the treatment of the theme. With the exposition, the article proposes to interpret Wittgenstein's philosophical silence as epistemological silence, which is exactly the point defended here as a trait that remains constant in the author's reflections. The epistemological silence says a lot about Wittgenstein's relationship with philosophy and language, which is why it can be understood as a possible key to reading Wittgenstein's philosophy.

Keywords: Philosophy. Language. Epistemological silence. Continuity.



INTRODUÇÃO

Via de regra, o tema do silêncio em Wittgenstein é tratado no contexto da primeira fase do seu pensamento – o chamado “primeiro Wittgenstein” – em vista da ideia de Místico que, grosso modo, corresponde à dimensão de tudo aquilo que não pode ser dito com sentido, como a própria lógica da linguagem, como os problemas da vida, as questões metafísicas, os valores éticos e assim por diante. O que este artigo propõe realizar é mostrar que o silêncio perpassa toda a filosofia wittgensteiniana e constitui um traço de continuidade do pensamento do autor.

O silêncio de Wittgenstein é a atitude de não dizer, um calar-se ou abster-se de falar por razão de ordem filosófica, e nesse sentido é silêncio filosófico porque está intrinsecamente conectado com o modo como o autor concebe e encara a filosofia e a linguagem. Dada a relação entre o silêncio e a filosofia, faz-se necessário recorrer à leitura das duas principais obras de Wittgenstein, que são representativas de cada uma das fases com que tradicionalmente se divide a sua filosofia, a saber, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado em 1921, e as *Investigações Filosóficas*, publicação de 1953, bem como aos escritos de comentadores. A divisão não é aleatória, dado haver significativa diferença tanto na abordagem ou método filosófico quanto na compreensão mesma do que é a linguagem, primeiro como linguagem lógica (uma linguagem ideal, por assim dizer), depois como linguagem ordinária (a linguagem real, envolvida com o ordinário da vida).

Embora as diferenças entre os dois períodos da filosofia de Wittgenstein sejam acentuadas, há elementos que denotam continuidade no pensamento do autor, como por exemplo, a compreensão de filosofia como atividade, e não como conhecimento. Em vez de produzir teorias sobre os mais variados assuntos, como o faz a filosofia tradicional, a filosofia deve se colocar a servir como crítica da linguagem, uma atividade que depura a linguagem de mal entendidos com o intuito de alcançar o esclarecimento.

Como os problemas filosóficos decorrem de uma “[...] compreensão equivocada dos mecanismos que regem o funcionamento da nossa linguagem” (Donat, 2008, p. 13), Wittgenstein propõe o silêncio filosófico como a atitude a ser tomada para se evitar incorrer nesses equívocos. É por isso que a compreensão do seu silêncio filosófico decorre do

entendimento do modo como opera a linguagem, como se verá a seguir a partir da apresentação das duas fases da filosofia de Wittgenstein.

1 O SILÊNCIO EPISTEMOLÓGICO NO PRIMEIRO WITTGENSTEIN

No último parágrafo do *Prefácio* do *Tractatus Logico-Philosophicus* Wittgenstein é enfático ao afirmar: “[...] a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas” (Wittgenstein, 2017, p. 127). A aparente² posição dogmática assumida pelo autor baseia-se na premissa de que “[...] a formulação desses problemas repousa sobre o mal entendimento da lógica de nossa linguagem” (Wittgenstein, 2017, p. 125). Uma vez identificada a raiz dos problemas (o entendimento errado da lógica da linguagem), Wittgenstein esforça-se em apresentar o que acredita ser a solução radical (o entendimento correto da lógica da linguagem); conseqüentemente, solucionam-se de vez os problemas filosóficos.

Para o autor, a forma correta de se compreender o modo como opera a linguagem opera somente pode ser uma, a saber, a lógica, o que significa a defesa de que a lógica é a base da filosofia. Com isso, compreende-se o significado do título atribuído à obra: o livro trata de problemas filosóficos – é um tratado filosófico – mas o tratamento é feito a partir da perspectiva da lógica – daí tratar-se de um tratado lógico-filosófico, em latim, *Tractatus Logico-Philosophicus*³. No título tem-se reforçada a ideia de que a lógica está na base do pensamento e, portanto, da filosofia.

A análise da linguagem tem por escopo definir os limites de seu emprego como possibilidade de estabelecer os limites do próprio conhecimento humano. “O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além será simplesmente um contrassenso” (Wittgenstein, 2017, p. 125), afirma o autor no *Prefácio* do *Tractatus*.

² “Aparente” no sentido que essa posição cristalizada não parece se coadunar com o fluxo constante de pensamento que Wittgenstein apresenta ao longo de seu itinerário filosófico. Segundo interpreta Max Black, talvez se trate esse trecho do *Prefácio* apenas de uma espécie de estratégia publicitária para promoção do próprio livro: “Acredito que sua posição foi deliberadamente congelada para fins de publicação” (Black, 1964, p. 23, tradução nossa). Em todo caso, depreende-se da leitura desse trecho do *Prefácio* que o filósofo estava realmente convencido de ter resolvido definitivamente os problemas filosóficos.

³ Doravante simplesmente *Tractatus*.



Delimitando a linguagem, delimita-se também o que pode ser pensado porquanto pode ser dito com algum sentido. Ainda que não se esteja negando a existência de fenômenos que simplesmente não podem ser ditos, a lógica da linguagem nos faz compreender que estes, uma vez que não constituem objeto de conhecimento, mas, antes, configuram contrassensos, também não comportam o emprego da linguagem, mas a renúncia ao dizer, o calar-se, isto é, o silêncio.

A linguagem tem uma lógica que manifesta sua estrutura e seu funcionamento. E a linguagem também tem uma função, que consiste em descrever o mundo. Wittgenstein pressupõe que a lógica é o elemento comum que conecta linguagem e mundo e disso depende que a compreensão da lógica com que se estrutura a linguagem permite também o conhecimento do mundo.

Tem-se assim que lógica, linguagem e mundo, nessa ordem, são temas caros ao *Tractatus* e estão interligados, posto que a investigação de um assunto leva necessariamente à busca pela compreensão do outro. Segundo Fann, “[...] fica perfeitamente claro que a ordem de investigação de Wittgenstein é esta: da natureza da lógica à natureza da linguagem e desta para a natureza do mundo” (Fann, 2003, p. 24, tradução nossa). Se essa é a ordem em que se desenvolveu o raciocínio do filósofo, vale observar que, no entanto, não é essa a ordem que se encontra no texto, pois este se inicia tratando do mundo, como se verifica no aforismo 1⁴: “O mundo é tudo o que é o caso” (Wittgenstein, 2017, p. 129). Todavia, tal constatação não invalida a afirmação de Fann, pois para discorrer sobre o mundo, antes, o filósofo precisou ter clareza quanto ao funcionamento correto da linguagem, o que exige, de sua parte, a compreensão da natureza da lógica. Em outras palavras, o mundo só pode ser compreendido pressupondo-se o entendimento adequado da linguagem que, por sua vez, pressupõe a compreensão da lógica, o que reforça a ideia de linearidade no pensamento wittgensteiniano em lógica, linguagem e mundo.

Mantendo-se a linha de desenvolvimento do texto acabado de *Tractatus*, no 1.1 tem-se que o mundo é compreendido como a realidade toda existente – é o caso: “[...] a totalidade dos fatos” (Wittgenstein, 2017, p. 129). O fato é sempre uma situação

⁴ O texto está dividido em aforismos enumerados de 1 a 7, sendo subdivididos em vários níveis de explicação, de acordo com os desdobramentos das proposições, conforme informa a nota de rodapé do autor no primeiro aforismo (cf. Wittgenstein, 2017, p. 129). De aqui em diante, via de regra, as referências aos aforismos serão apenas numéricas.



contingencial, isto é, condicionada à possibilidade de existência (ou não) de estados de coisas: “Se chamamos a existência de um estado de coisas *fato positivo*, e a inexistência de estado de coisas *fato negativo*, o mundo é inteiramente constituído por fatos positivos e negativos” (Santos, 2017, p. 74). O mundo é constituído pela ocorrência e não-ocorrência contingente de fatos dentro do espaço lógico. Por essa razão, se por um lado, compreende a existência de estados de coisa (fatos positivos), por outro, também deve abarcar estados de coisas inexistentes (fatos negativos). Ambas as possibilidades virtualmente existem, porém, apenas o que efetivamente ocorre, seja com fato positivo, seja como fato negativo, constitui o mundo.

No fato, os objetos (as coisas) estão interligados e por isso configuram estados de coisas, expressão com a qual são denominados os diferentes arranjos que os objetos formam entre si. Conforme sustenta no 2.021, os objetos “[...] constituem a substância do mundo” (Wittgenstein, 2017, p. 133), isto é, são o que há de mais básico na estrutura do mundo. Chegando a esse ponto, verifica-se assim que o movimento de pensamento de Wittgenstein parte do todo (o mundo), complexo, para a parte (o objeto), que é simples, em um verdadeiro processo de decomposição da realidade – a análise lógica da estrutura do mundo.

Uma vez compreendido o que significa a porção mais elementar da estrutura da realidade, pode-se tomar o sentido inverso da investigação analítica de Wittgenstein para se compreender melhor em que consiste o mundo. Sozinhos, os objetos nada dizem; porém, relacionados uns aos outros, adquirem sentido porque estão arranjados em estados de coisas. Em conjunto, os estados de coisas combinam-se para formar o fato; por fim, a totalidade de fatos constitui o mundo, isto é, a realidade: “O mundo é o que descreve uma descrição completa do mundo, o que representam todas as proposições verdadeiras” (Santos, 2017, p.73). A partir disso “[...] não será difícil para nós ver agora como o mundo está estruturado: é constituído por objetos reunidos de modo a formar ‘fatos atômicos’, que, por sua vez, formam ‘fatos’ de qualquer complexidade” (Fann, 2003, p. 32, tradução nossa). Logo, depreende-se que a estrutura do mundo é composta por objetos simples, estado de coisas e fatos.

Após discorrer sobre o mundo, a reflexão de Wittgenstein parte para a análise da linguagem no aforismo 4: “O pensamento é a proposição com sentido” (Wittgenstein, 2017,



p. 155); em seguida, no 4.001, apresenta-se a noção de linguagem: “A totalidade das proposições é a linguagem” (Wittgenstein, 2017, p. 155). Enquanto reflexo do pensamento, a linguagem é concebida como o agregado de proposições com sentido. Há dois tipos de proposições com sentido, a saber: as proposições complexas e as proposições elementares (atômicas). As proposições complexas expressam fatos do mundo e precisam ser reduzidas às proposições elementares para serem compreendidas. As proposições elementares são as mais básicas (por isso são também chamadas atômicas) e não admitem redução a proposições ainda menores. Assim como as proposições complexas são a contraparte, na linguagem, dos fatos que constituem o mundo, as proposições elementares são a contraparte, na linguagem, de estados de coisa na realidade. Isto posto, tem-se que a sua condição de verdade relaciona-se necessariamente à verificação da realidade: se o estado de coisa existe, a proposição é verdadeira, mas se ele é inexistente, então a proposição é falsa.

Como enunciados formulados sobre o mundo, as proposições elementares estão conectadas à realidade como representações desta na linguagem. Ao dissecá-las, constata-se que tais proposições “[...] consistem em nomes em ligação imediata” (Wittgenstein, 2017, p. 177) uns com os outros, como consta o 4.221. Segundo atesta o 4.22, a proposição elementar nada mais é do que “[...] uma vinculação, um encadeamento de nomes” (Wittgenstein, 2017, p. 177).

Por sua vez, entende-se no 3.26 o nome como “sinal primitivo” (Wittgenstein, 2017, p. 145) que faz referência a um objeto simples (2.02), isto é, que não é composto de partes. Na decomposição da linguagem, a análise lógica de Wittgenstein detém-se no nome, já que este não pode mais ser analisado, uma vez que é o que há de mais simples na linguagem para se referir ao mundo.

Assim como o objeto (no mundo) relaciona-se ao nome (na linguagem), também os estados de coisas e os fatos, no mundo, referem-se respectivamente, na linguagem, às proposições elementares e complexas, e a essa correspondência entre linguagem e mundo dá-se o nome de teoria da figuração, no sentido de que a linguagem figura (representa) o mundo, retratando a realidade. Como consta no 4.022: “A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira” (Wittgenstein, 2017, p. 159), logo a sua condição de verdade ou falsidade depende da existência ou não do estado de coisa ao qual alude; será verdadeira



se o correspondente estado de coisa existir, mas caso este não exista, conseqüentemente será falsa. A proposição elementar deve necessariamente retratar a realidade para ser verdadeira: segundo a teoria da figuração, a linguagem figura o mundo que é, nessa relação afiguradora, o afigurado.

Como visto, a linguagem é composta de proposições, tanto elementares quanto complexas. As proposições não elementares (complexas) desempenham importante papel no pensamento do primeiro Wittgenstein, pois exercem a função de verdade das proposições elementares, conforme atesta o aforismo 5 do *Tractatus*. A verdade de uma proposição complexa depende da verdade de cada uma das proposições elementares que a compõem, ou seja, da verdade da correspondência da proposição elementar com o estado de coisa que pretende figurar.

A linguagem tem aí seu limite, que também é o limite do próprio mundo: a verdade ou a falsidade de uma proposição só pode ser inferida comparando-a com o mundo. A proposição será verdadeira caso retrate a realidade mundana, mas será falsa se não for desta sua imagem fiel. “A proposição genuína mostra e diz algo, tem sentido e condições de verdade” (Martínez, 2001, p. 42). A linguagem do primeiro Wittgenstein limita-se a descrever o mundo, pois detém-se a dizer tão somente a respeito daquilo que se encontra na realidade. Respeitando os limites da linguagem, uma proposição com sentido somente pode ser empírica, como são os enunciados próprios da linguagem das ciências naturais. Nesse sentido, em 6.53 tem-se que:

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – ou seja, algo que nada tem a ver com a filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto (Wittgenstein, 2017, p. 261).

Após ter traçado os limites da linguagem, a consequência disso é que à filosofia cabe apenas dizer o que pode ser dito e silencia-se quanto ao que não pode ser dito, tal como se depreende da leitura do trecho acima. A contraparte do dizer com sentido é o silêncio – e o silêncio do filósofo é um silêncio eminentemente epistemológico, dado que ele implica na renúncia em tentar produzir qualquer teoria a respeito do indizível, posto qualquer



pretensão conhecimento elaborado a esse respeito não passar de contrassenso. A noção de contrassenso denota a tentativa de se atentar contra o sentido das proposições, que é conferido pela lógica da linguagem: se uma proposição com sentido deve necessariamente espelhar os fatos do mundo (a linguagem figura o mundo), então, qualquer discurso que não represente a realidade (uma situação possivelmente existente no mundo) contraria o sentido da própria linguagem e, por isso, é contrassenso.

Aqui se verifica que o “nada dizer” manifesta uma autoimposição do filósofo em silenciar-se, no sentido de renunciar a dizer qualquer tipo de discurso que ultrapasse os limites lógicos da linguagem porque seus objetos não figuram fatos do mundo. Esse é o silêncio epistemológico do primeiro Wittgenstein: calar-se para não dizer contrassensos, renunciando teorizar sobre o que é inexprimível pela linguagem.

Como visto, os discursos que não expressam fatos do mundo são contrassensos porque lhes falta referência à realidade, isto é, aos estados de coisas e fatos que constituem o mundo, sendo exatamente esse o núcleo do sentido de toda e qualquer proposição, já que o sentido da proposição (a linguagem), é o de potencialmente representar (figurar) estados de coisas (as possibilidades do mundo). O dizer com sentido respeita os limites da linguagem porque estabelece a conexão, vale dizer, a figuração entre o significante (a proposição) e o significado (estado de coisa); do outro lado de tais limites, qualquer tentativa de dizer o que não deve ser dito beira o absurdo não apenas devido à ausência de sentido (pois se esse fosse exclusivamente o caso, então as tautologias e as contradições, que são proposições sem sentido, também seriam consideradas contrassensos), mas sobretudo porque atenta contra a própria existência de lógica da linguagem. Contrassensos assim o são como decorrência lógica da relação estabelecida entre linguagem e mundo, pelo menos tal como se apresenta no *Tractatus*. Caso se assumisse haver realmente sentido nos contrassensos, então, eles não seriam mais contrassensos e toda a lógica deveria ser reestruturada, o que é absurdo.

Ao se delimitar o emprego da linguagem, Wittgenstein acaba por estabelecer limites ao que pode ser pensado, ou seja, ao próprio pensamento. De fato, a intenção do *Tractatus* é a de justamente delimitar o pensamento porque “[...] o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 2017, p. 125). A proposição – expressão do pensamento – diz às claras enquanto respeita



os limites da linguagem, e somente as proposições empíricas (próprias do conhecimento científico) têm esse perfil, pois delas é possível concluir sobre sua veracidade ou falsidade enquanto confrontadas com os fatos que compõem a totalidade do mundo. Por outro lado, as situações que estão além do mundo simplesmente não podem ser ditas, restando ao filósofo calar-se a seu respeito. Limitando-se o âmbito da linguagem, limita-se também a esfera do que pode ser pensado com sentido; dito isso, questões relativas à lógica, à matemática, à ética, à estética, à metafísica, à religião, ao sentido da vida, à felicidade e assim por diante, que sempre detiveram a atenção da filosofia, são consideradas indizíveis porque ultrapassam os limites da linguagem dado que seus enunciados não representam fatos do mundo.

A filosofia nada pode dizer sobre o mundo porque, de acordo com 4.111, ela “[...] não é uma das ciências naturais” (Wittgenstein, 2017, p. 167). A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade que, nos termos do 4.112, tem por finalidade “[...] o esclarecimento lógico dos pensamentos” (Wittgenstein, 2017, p. 167). Limitando-se a analisar a linguagem a fim de depurar os erros oriundos da má compreensão de sua estrutura e de seu funcionamento, serve no 4.0031 como “crítica da linguagem” (Wittgenstein, 2017, p. 157), distinguindo o que pode e o que não pode ser dito.

É interessante notar que o próprio *Tractatus*, analisado segundo a teoria da figuração nele ventilada, configura uma empreitada metafísica que extrapola os limites da linguagem e, a rigor, também é um contrassenso. Sobre o objeto em que se debruça a obra, isto é, os problemas filosóficos analisados à luz da lógica da linguagem, a atitude que se espera do filósofo é a de simplesmente calar-se porquanto trata do que é indizível. Ciente disso, advertiu o filósofo no 6.54 para quem o acompanhou em seu raciocínio até aquele ponto: “Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela” (Wittgenstein, 2017, p. 261). Em outras palavras, Wittgenstein reconheceu a necessidade de exprimir o que é indizível – a lógica da linguagem e do mundo – sobre a qual deveria guardar silêncio, com o intuito de compreendê-la corretamente, sanando os erros que uma má compreensão pode causar. Realizado esse intento, ou seja, concluída a escalada até o ponto em que se pode vislumbrar os limites da linguagem de ambos os lados da fronteira entre o dizível e o indizível, joga-se fora a escada pela qual se subiu, dispensando-se o emprego desse recurso por ele também se tratar de contrassenso.



Além das proposições com sentido e dos contrassensos, vale também compreender um pouco a respeito das proposições sem sentido, que não se confundem com contrassensos, uma vez que estes sequer são considerados proposições, mas meros enunciados atentatórios aos limites da linguagem. Como visto, além das proposições dotadas de sentido, que respeitam os limites da linguagem e reduzem-se às proposições empíricas, Wittgenstein tece considerações acerca de um outro tipo de proposições, que são as proposições lógicas, vale dizer, as tautologias e as contradições. Ao mostrar no 6.12 que “[...] as propriedades formais – lógicas – da linguagem, do mundo” (Wittgenstein, 2017, p. 235), o filósofo aponta para a carência de sentido das proposições da lógica, uma vez que não refletem fatos do mundo porque são independentes da realidade, já que nenhuma alteração de estados de coisas é capaz de modifica-las e, como tais, sequer apresentam função de verdade dado serem incondicionalmente verdadeiras, no caso das tautologias, e incondicionalmente falsas, no caso das contradições.

Mesmo assim, as proposições sem sentido são importantes justamente pelo fato de que problematizam os limites da linguagem, isto é, elas dizem algo a esse respeito para mostrar o que há em comum entre linguagem e mundo. As proposições lógicas – tautologias (“a cadeira está quebrada ou não está quebrada”), sempre verdadeiras, e contradições (“a cadeira está quebrada e não está quebrada”), sempre falsas – ainda que sem sentido, são fundamentais para a compreensão do funcionamento da linguagem e do seu correto emprego. Se as proposições sem sentido e os contrassensos tem em comum a ausência de sentido, a diferença entre eles fica evidente nas palavras de Luiz Henrique Lopes dos Santos em seu ensaio introdutório ao texto do *Tractatus*:

No caso dos contrassensos, a falta de sentido deriva da incapacidade exibida por um sinal para exercer uma função simbólica. No caso das tautologias e contradições, a falta de sentido deriva do exercício legítimo da capacidade simbólica dos símbolos que as compõem. Um contrassenso não chega a ser uma proposição. As tautologias e contradições são um caso-limite da proposicionalidade, estão precisamente na fronteira que separa a combinação logicamente relevante dos símbolos e a desintegração pura e simples dessa combinação. Elas não são contrassensos (*Unsinn*), diz Wittgenstein. São proposições sem sentido (*sinnlos*) (Santos, 2017, p. 83).

Quanto aos contrassensos - enunciados que não são proposições empíricas nem proposições lógicas e que tradicionalmente interessam à filosofia, a exemplo da ética, da

estética, da religião, da subjetividade e outros temas metafísicos – estes sequer são considerados proposições justamente porque tentam dizer sobre o que está fora dos limites do mundo e, portanto, fora dos limites da linguagem. A seu respeito o 4.003 é veemente:

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contrassenso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico do que o belo).
E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas (Wittgenstein, 2017, p. 155-157).

Esses enunciados, que se apresentam sob a forma de proposições, mas que, na realidade, não o são, sequer podem ser considerados falsos porque não apresentam condição de verdade, uma vez que independem dos fatos do mundo. Diz-se que uma autêntica proposição (uma proposição com sentido) é falsa quando representa uma situação inexistente, e que é verdadeira quando representa uma situação existente; já dos enunciados filosóficos não se pode dizer nenhuma coisa ou outra simplesmente porque não representam situação alguma, não figuram fatos. A pretensão de servir-se da linguagem, cuja estrutura lógica remete ao mundo, a fim de dizer sobre coisas que dele estão fora, revela a tentativa de transcender a linguagem. Todavia, fora dos limites da linguagem, que são os limites do mundo, não há sentido, e o que se diz para além disso é sempre contrassenso.

Sobre a ética, Wittgenstein alega categoricamente que não pode haver proposições éticas porque no mundo “[...] tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor” (Wittgenstein, 2017, p. 257), como atesta o 6.41. E como no 6.421 “ética e estética são um só” (Wittgenstein, 2017, p. 257), também o discurso estético resta inviabilizado, dado comungar da mesma transcendentalidade que caracteriza a ética. O problema religioso segue o mesmo caminho: no 6.432 “Deus não se revela no mundo” (Wittgenstein, 2017, p. 259). Valores éticos, estéticos e religiosos não são fatos do mundo que possam ser figurados pela linguagem, não constituem estados de coisas a serem representados por proposições. O silêncio epistemológico aqui se impõe, pois não há conhecimento que possa ser produzido sobre

essas questões, dado o fato de terem por objeto elementos que estão além do mundo e que extrapolam os limites de sentido da própria linguagem.

O silêncio epistemológico de Wittgenstein, vale dizer, mal compreendido, rendeu-lhe uma não merecida notoriedade como antimetafísico, tal como pensavam os positivistas lógicos a partir da leitura que fizeram do *Tractatus*. No famoso manifesto *A Concepção Científica do Mundo - O Círculo de Viena*, eles conferiram ao filósofo um papel de destaque no desenvolvimento da concepção científica do mundo, de caráter abertamente antimetafísico, como insigne representante dessa concepção (cf. Carnap; Hahn; Neurath, 1986, p. 20). Todavia, não parece ser essa a posição de Wittgenstein, o qual, em mais de uma ocasião, ponderou que os problemas metafísicos são deveras os mais importantes, ainda que permaneçam intocados porquanto qualquer discurso sobre eles é sempre contrassenso.

Ao se referir à metafísica ou aos problemas metafísicos, Wittgenstein aproxima-se da acepção etimológica grega do termo – *μετά τα Φυσικά*: “além da natureza”; “além da física” – no sentido geral de que ela compreende questões que versam sobre elementos que não constituem fatos do mundo, mas que estão além da realidade. Ao afirmar que a ética e, por extensão, a estética (6.421), bem como a lógica (6.13) são transcendentais, o filósofo denota o caráter metafísico dessas questões, uma vez que os seus enunciados transcendem os limites do mundo e, portanto, os limites da linguagem. Compreende-se também, no sentido de estar fora do âmbito dos fatos, o sujeito metafísico que constitui o limite do mundo (5.633 e 5.641). Vê-se assim que o termo “metafísica” abarca uma diversidade de questões pertinentes à vida que estão além do alcance do dizível com sentido porque, no fundo, há no ser humano aquilo que Santos chama de “disposição metafísica natural” (2017, p. 104).

Os problemas metafísicos são verdadeiramente importantes para Wittgenstein porque se caracterizam como autênticos valores (ética, estética, religião) que afetam diretamente a existência humana e que permanecem irresolúveis. Essa atitude de consideração para com tais problemas aparece já nas primeiras páginas do *Tractatus*, mais precisamente, nas últimas linhas do *Prefácio*, onde o autor faz um balanço quanto ao mérito do seu trabalho em comparação com os reais valores: “[...] o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver esses problemas” (Wittgenstein, 2017, p. 127). Mesmo diante de uma acurada exposição da lógica da

linguagem, tal como se apresenta no *Tractatus*, o esforço empreendido importa pouco diante da grandeza da tarefa de se resolver os problemas que dizem respeito à vida, se isso fosse possível. A mesma posição mantém-se até a última página do livro, como atesta o 6.52: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados” (Wittgenstein, 2017, p. 261). É sobre esses mesmos problemas que se impõe o silêncio do filósofo, um silêncio epistemológico porque renuncia teorizar sobre o que é o mais importante da vida para não descambar em contrassensos.

Assim, em vez de ser antimetafísica, pode-se interpretar a posição de silêncio do filósofo como uma atitude de defesa da própria metafísica e da tendência natural do ser humano a se inclinar para as questões dessa natureza. O problema para Wittgenstein é o que se faz com tal disposição natural à metafísica, que se manifesta nas tentativas de ultrapassar os limites da linguagem: “Corretamente dirigida, ela conduz ao misticismo; caso contrário, aos contrassensos filosóficos” (Santos, 2017, p. 104).

A metafísica, corretamente dirigida, adentra o âmbito do Místico, identificado no 6.45 como: “O sentimento do mundo como totalidade limitada” (Wittgenstein, 2017, p. 259). O sentimento do Místico é a intuição que permite compreender o mundo “*sub specie aeterni*” (Wittgenstein, 2017, p. 259), uma intuição que surge a partir do confronto com os limites da linguagem e do mundo e que, portanto, permite julgá-lo “[...] em conjunto, a partir de uma instância extramundana de significação” (Buchholz, 2009, p. 90).

O Místico não diz como o mundo é porque descrever a realidade é próprio das proposições empíricas da ciência natural. O Místico também não diz o que o mundo é porque teorizar sobre a essência da realidade é contrassenso. Sem dizer como é nem dizer o que é, o Místico simplesmente mostra que o mundo é. Os enunciados da ética, da estética, da religião, da metafísica, embora estejam todos compreendidos no âmbito do Místico, nada dizem porque não são proposições, mas pseudoproposições; mesmo assim, o Místico se mostra em nossas expressões cotidianas, manifestando tudo aquilo que mais importa na vida, a exemplo dos valores (éticos, estéticos), Deus, o sentido da vida, entre outros.

Dado que é contrassenso tentar dizer sobre o que não cabe ser dito, mas somente mostrado, então, diante do mundo e dos problemas da vida cabe apenas o silêncio epistemológico enquanto renúncia ao emprego da linguagem que produz absurdos. Esse é



o significado da enfática afirmação do aforismo 7, com o qual Wittgenstein encerra o *Tractatus*: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 2017, p. 261).

O silêncio do filósofo não decorre da falta do que dizer, como se estivesse vazio de qualquer conteúdo. Ao contrário, o silêncio epistemológico de Wittgenstein tem muito a que expressar, porém, não diz porque o que se quer dizer simplesmente não pode ser dito. Para além dos fatos do mundo, o silêncio remete a um rico patrimônio de experiências, valores, crenças, comportamentos, importantes para organizar a vida humana no mundo e para conferir-lhe significado, que são elementos dos quais não se pode falar, mas cabe mostrar.

Tem-se assim que o silêncio do filósofo – o “calar-se” – apresenta duplo significado: em primeiro, significa renúncia à tentação de teorizar sobre o inexprimível, já que toda tentativa de produzir proposições sobre valores sempre acerta em contrassensos; em segundo, representa a atitude adequada para permitir que as coisas mais importantes da vida se mostrem enquanto tais. O primeiro significado de silêncio, que Silvana Borutti entende como figura negativa (*cf.* Borutti, 1984, p. 83), é propriamente o silêncio epistemológico que permanece como tema constante no pensamento de Wittgenstein, como se poderá comprovar na fase madura de sua filosofia.

2 O SILÊNCIO EPISTEMOLÓGICO DO SEGUNDO WITTGENSTEIN

Ao voltar a se ocupar da filosofia, depois de um período de afastamento, Wittgenstein passa a desenvolver, paulatinamente, uma nova abordagem linguística que caracteriza a fase madura do seu pensamento. No prefácio das *Investigações Filosóficas*⁵, obra fundamental dessa fase, o autor afirma que seus novos pensamentos resultaram de um processo de revisão crítica da filosofia do *Tractatus*: “[...] precisei reconhecer graves erros no que escrevi naquele meu primeiro livro” (Wittgenstein, 2022, p. 18). Os erros aos quais o filósofo se refere significam que sua velha abordagem resultou ser insuficiente para lidar com os problemas relativos à linguagem.

⁵ Doravante *Investigações*.



Abandonando a perspectiva logicista de sua primeira fase, o segundo Wittgenstein passa a adotar uma investigação mais pragmática. Para tanto, deixa de lado o monólogo do *Tractatus* em favor do diálogo; de fato, as *Investigações* reúnem notas nas quais o filósofo empreende diálogos com interlocutores, ainda que fictícios, que servem ao propósito de refletir, repetidas vezes, os pontos abordados para fazer compreender, com maior clareza, que a linguagem opera em diferentes direções, nos seus muitos usos.

O ponto de partida das *Investigações*, seu primeiro parágrafo, é um trecho de *Confissões* de Santo Agostinho que, para Wittgenstein, serve para ilustrar uma determinada imagem da essência da linguagem humana – a assim chamada “visão agostiniana da linguagem” – que impregnou fortemente a filosofia ao longo dos séculos sem ter sido colocada em questão. A base dessa compreensão tradicional da linguagem, que é essencialista, repousa na seguinte ideia: “as palavras da linguagem nomeiam objetos – as frases são conexões de tais nomeações” (Wittgenstein, 2022, p. 22). Segundo essa concepção, a essência da linguagem é a sua correspondência com a realidade.

Como se pode observar, tal concepção é a mesma do autor no *Tractatus*; pode-se dizer que o primeiro Wittgenstein insere-se na tradição filosófica de compreensão essencialista da linguagem. A visão agostiniana é criticada pelo Wittgenstein maduro por reduzir as palavras à função de designação de objetos, sendo que, na verdade, a linguagem desempenha múltiplas funções, que variam de acordo com cada uso das palavras. Apresentando diversos exemplos de situações linguísticas do cotidiano – como imagens - o filósofo esforça-se para expor a concepção de que diferentes usos determinam diferentes significados para as palavras. É por isso que no prefácio o autor assim se refere ao seu trabalho: “[...] este livro é, na verdade, apenas um álbum” (Wittgenstein, 2022, p. 18). Trata-se de um álbum que, reunindo imagens variadas, serve de auxílio para compreender o modo como a linguagem opera.

A noção tradicional de que o significado de uma palavra é o objeto a que ela se refere é abandonado; agora, o significado é identificado ao uso que dela é feito. A palavra adquire significados distintos, é polissêmica, e para identificar os significados particulares é necessário aproximar-se do seu emprego nas diferentes situações da vida. Verifica-se, desse modo, que o novo pensamento de Wittgenstein sobre a linguagem é pragmático, e nesse sentido o autor chega a comparar as palavras aos diferentes instrumentos presentes numa

caixa de ferramentas: “Assim como são distintas as funções desses objetos, também são distintas as funções das palavras” (Wittgenstein, 2022, pp. 28-29), afirma o autor no parágrafo 11 das *Investigações*. Palavras são “ferramentas” que utilizamos para nos comunicar porque se destinam aos mais variados usos.

Se as palavras são ferramentas, a linguagem em geral é comparada aos jogos. Há múltiplos jogos, mas para tal analogia um em especial serve de paradigma para Wittgenstein: o jogo de xadrez. Assim como em uma partida de xadrez os lances são dados segundo regras, também na linguagem as palavras são usadas segundo regras. Dessa analogia resulta que a linguagem se desenvolve à maneira de jogos – os chamados “jogos de linguagem” – e que é uma atividade guiada por regras - as “regras gramaticais”, que são condições a serem seguidas para a produção de significados nos jogos de linguagem. Wittgenstein não apresenta uma definição do conceito de jogos de linguagem, mas apresenta situações cotidianas que são identificadas como tais. A ideia de jogo de linguagem é introduzida no parágrafo 7º das *Investigações* que, via de regra, fornece uma compreensão de seu significado: “[...] o todo da linguagem e das atividades com as quais ela está emaranhada” (Wittgenstein, 2022, p. 26). Mais adiante, no parágrafo 23, o autor apresenta diversos outros exemplos de jogos de linguagem.

O complexo entre linguagem e atividades denota que o jogo de linguagem é uma prática, e uma prática que é guiada por regras, as chamadas regras gramaticais. Os jogos de linguagem apresentam certa regularidade em suas práticas. Os participantes dos jogos de linguagem comunicam-se uns aos outros e se fazem compreender porque seguem as regras que orientam o emprego significativo das palavras no interior dos jogos de linguagem. Como a noção de gramática para Wittgenstein consiste na descrição do uso da linguagem para compreensão de significados, por extensão, as normas que orientam o emprego significativo das palavras são chamadas de regras gramaticais.

Ligada às regras gramaticais está a noção de seguir regras, que é explicitada por Wittgenstein no parágrafo 199 das *Investigações*. Em um primeiro momento, note-se que o autor começa explicando o que não se entende por seguir regras: “[...] não é possível que uma regra tenha sido seguida por somente uma pessoa uma única vez” (Wittgenstein, 2022, p. 159). Seguir regras não consiste em obedecer a um comando em uma única ocasião porque as regras estabelecem padrões de comportamento, certa habitualidade nas ações



que é verificável em diferentes ocasiões. Repetidas vezes segue-se a regra, sendo exceção a conduta desviante, quando se diz que não se seguiu a regra. Mesmo nesse caso, reforça-se a primazia da regra, pois se serve dela como parâmetro para se averiguar o seu seguimento ou não. Após dizer o que tal noção não significa, no momento seguinte desse mesmo parágrafo das *Investigações* o filósofo afirma: “Seguir uma regra, dar uma informação ou uma ordem, jogar uma partida de xadrez são costumes (usos, instituições)” (Wittgenstein, 2022, p. 159), isto é, são práticas consolidadas pelo uso constante em um dado grupo que orientam a produção de significados no emprego da linguagem.

O modo como as regras gramaticais operam na dinâmica linguística, à medida que servem como critérios de correção do emprego da linguagem, possibilita identificar se o participante de um jogo de linguagem compreende (ou não) o significado das palavras que utiliza conforme o emprego esteja de acordo com tais instâncias normativas. Aqui se manifesta um aspecto da linguagem como domínio de uma técnica, como se lê na parte final do referido parágrafo 199 das *Investigações*: “Entender uma frase significa entender uma linguagem. Entender uma linguagem significa dominar uma técnica” (Wittgenstein, 2022, p. 159). A linguagem é uma habilidade que o sujeito desenvolve ao se comunicar, uma habilidade no manuseio das palavras, no emprego significativo das expressões. O usuário da linguagem compreende e se faz compreendido ao dominar o emprego da linguagem segundo as regras gramaticais que orientam o desenvolvimento dos diferentes jogos de linguagem; isto significa, em última análise, que o sujeito emprega corretamente a linguagem.

Até aqui, delineou-se um itinerário no desenvolvimento conceitual do pensamento tardio de Wittgenstein que parte da noção de jogo de linguagem, passa por regras gramaticais e chega na ideia de seguimento de regras. A compreensão de um conceito leva à compreensão do outro porque os três estão relacionados. Jogos, regras e seguir regras denotam a ideia de linguagem ordinária: como prática envolvida nas atividades humanas, com elas se confunde; é linguagem ordinária porque se imiscui no ordinário da vida. Essa nova forma de encarar o fenômeno linguístico – como linguagem ordinária – não obstante encerrar uma clara oposição à filosofia tractariana – centrada na lógica da linguagem – mantém com esta um traço de continuidade que vai além do próprio interesse de Wittgenstein na linguagem, que se manteve constante: trata-se do silêncio epistemológico,

posição assumida desde o *Tractatus* que, nas *Investigações*, permanece condicionando o modo de se compreender a linguagem.

Pode-se depreender o silêncio epistemológico no segundo Wittgenstein a partir do horizonte de discussão da noção de semelhança de família. No parágrafo 65 das *Investigações* lê-se o seguinte: “Em vez de apresentar o que é comum a tudo o que chamamos de linguagem, eu digo que absolutamente não há uma coisa comum a todos esses fenômenos, em virtude da qual empregamos a mesma palavra para todos eles” (Wittgenstein, 2022, p. 71). Nessa passagem, ao objetar especular acerca da essência da linguagem, o autor sustenta que não se deve pensar na existência de algo supostamente comum aos jogos de linguagem. Não obstante, permanece em aberto a possibilidade de se estabelecer certas semelhanças entre os diferentes jogos; é o que o filósofo acena na continuidade do mesmo parágrafo acima referido: “[...] mas eles são *aparentados* uns aos outros de muitas maneiras diferentes. E por causa desse parentesco, ou desses parentescos, nós os chamamos todos de ‘linguagem’. Tentarei explicar isso” (Wittgenstein, 2022, p. 71, grifo do autor).

A partir dos jogos já existentes, outros novos podem ser formados porque, tanto nestes quanto naqueles, há certa familiaridade ou parentesco no uso das palavras. A inserção de termos afins à noção de família (a exemplo de “aparentados” no grifo do autor acima destacado), tem o escopo de realçar que os jogos de linguagem estão relacionados; às afinidades existentes entre eles Wittgenstein chama “semelhanças de família”. Por essa noção entende-se que há traços comuns verificáveis em diferentes usos da linguagem ordinária. Isso significa que os jogos de linguagem não são práticas isoladas, mas correlacionadas, e é a todo o emaranhado existente entre os jogos que se designa por linguagem.

Para concluir, no parágrafo 67, que “[...] os ‘jogos’ formam uma família” (Wittgenstein, 2022, p. 72), antes, o filósofo passou pela recusa de seguir na busca por uma essência da linguagem, e é justamente nesse ponto que se manifesta o silêncio epistemológico de Wittgenstein. No meio da discussão acerca da noção de semelhança de família, mais precisamente no parágrafo 66 das *Investigações*, há uma expressão de Wittgenstein bastante significativa: “Como dito: não pense, mas veja!” (Wittgenstein, 2022, pp. 71-72). Como visto até aqui, ao filósofo interessa ir até aos usos da linguagem ordinária, as múltiplas maneiras em que as palavras são usadas no cotidiano e as relações entre os

jogos de linguagem por semelhanças de família. Como em cada jogo as palavras assumem diferentes significados, o autor insiste na necessidade de se ir ao encontro da experiência linguística concreta para daí se extrair significação; por isso exorta não pensar – perfeita alusão ao silêncio epistemológico no sentido de não teorizar sobre uma suposta essência da linguagem – mas ver os nuances, os traços, as semelhanças de família que somente podem ser apreendidas por aquele que encara a linguagem tal como ela é (como linguagem ordinária) e não como deveria ser (como linguagem ideal).

Aqui se identifica um novo paradigma de abordagem do fenômeno linguístico que Fann denomina “[...] critério pragmático de significado” (Fann, 2003, p. 106, tradução nossa). “Ver” como a linguagem ordinária acontece em meio à vida implica aceitar que é o emprego de uma palavra em dado jogo de linguagem que determina o seu significado nesse mesmo jogo. É com esse espírito – o “critério pragmático” segundo entende Fann – que o filósofo se aproxima do fenômeno linguístico para compreender o seu significado; a abordagem é pragmática porque é voltada para o uso concreto da linguagem ordinária, o seu emprego cotidiano.

Uma vez estabelecido o paradigma acima para a compreensão de significados, que é uma forma de limitar a análise da linguagem, para todo e qualquer intento de ir além do critério pragmático a única atitude adequada que resta é a posição do silêncio epistemológico que, vale dizer, é a mesma posição assumida outrora no *Tractatus*. Na prática, o filósofo deve “ver” o uso cotidiano da linguagem para dele extrair significação. O parágrafo 116 ilustra claramente a utilização desse critério e, por sua vez, as consequências do seu emprego:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e buscam captar a essência da coisa, deve-se sempre perguntar: Será que essa palavra é de fato usada assim, em algum momento, na linguagem que é seu lugar de origem? –
Nós reconduzimos as palavras de seu emprego metafísico novamente a seu emprego cotidiano (Wittgenstein, 2022, p. 101).

Dos exemplos acima de palavras que os filósofos utilizam em seus discursos, tomemos o caso de “proposição” para compreender a crítica de Wittgenstein ao modo tradicional de se operar com a linguagem. Diante do termo a tendência dos filósofos é a de se “pensar” sobre a sua essência, no caso, sobre a essência da proposição. O próprio Wittgenstein fez



isso no *Tractatus* quando se colocou à procura de uma suposta essência da linguagem: “O essencial na proposição é, portanto, o que têm em comum todas as proposições que podem exprimir o mesmo sentido” (Wittgenstein, 2017, p. 151), afirma o 3.341. O essencial a que ele faz alusão significa o que não se altera na proposição, o que não se modifica porque, indiferentemente de qualquer emprego que se possa dar à proposição, permanece sendo sua característica fundamental; em outras palavras, o essencial da proposição é a essência da própria linguagem. Para não deixar em aberto a questão, a resposta encontra-se no 5.471 do *Tractatus*: “A forma proposicional geral é a essência da proposição” (Wittgenstein, 2017, p. 209).

O Wittgenstein do *Tractatus* é, ele mesmo, um insigne exemplo de um padrão de comportamento identificável entre os autores da tradição filosófica, de inclinação essencialista. Já o Wittgenstein das *Investigações* aponta para o critério pragmático de significado que, basicamente, consiste em perguntar como usamos a palavra “proposição” em nossa linguagem ordinária. O significado não é essencial, mas contextual e estritamente relacionado ao uso no jogo de linguagem. É por isso que o filósofo afirma reconduzir as palavras do emprego metafísico para o emprego cotidiano. O melhor seria ele ter dito que reconduz nosso olhar para o emprego cotidiano das palavras, pois é esse o real âmbito de produção de significados.

Ao direcionar o olhar dos filósofos para a linguagem ordinária, Wittgenstein desvia a atenção da obstinada tendência filosófica de se construir teorias. Os problemas filosóficos são produtos de uma compreensão equivocada da linguagem à medida que decorrem de tentativas de ultrapassar o limite pragmático, que é o uso cotidiano das expressões. Como as questões metafísicas não se encontram nos jogos de linguagem, logo as suas expressões carecem de significação. Nesse caso, o silêncio epistemológico é medida que se impõe, haja vista estar fundamentado nos limites significativos da linguagem. Se no *Tractatus* o silêncio epistemológico evita contrassensos, nas *Investigações* ele evita o vazio de significado que ocorre sempre que o discurso se desvia do uso da palavra na linguagem ordinária. Em ambas as fases, o silêncio do filósofo permanece como posição antiteórica e, em certo sentido, antifilosófica no sentido de ser oposto à filosofia tradicional que cria conceitos, elabora teorias e estabelece sistemas de pensamento.

No parágrafo 255 das *Investigações*, o autor considera o filósofo tradicional como sendo aquele que “[...] trata uma pergunta; como trata uma doença” (Wittgenstein, 2022, p. 180). Um problema metafísico equipara-se a enfermidade intelectual pelo fato de que atormenta o espírito, e isso porque lança o filósofo a uma investigação sem perspectiva de chegada e que não conhece descanso, posto não haver resposta definitiva para esse tipo de questão. Se, por um lado, conhece-se a causa da doença – o entendimento equivocado de como a linguagem ordinária funciona – por outro, conhece-se também a cura. Nesse sentido, o autor das *Investigações* recomenda seu método filosófico como medida terapêutica, verdadeira terapia filosófica que é capaz de dissolver tais problemas e devolver a paz ao espírito.

Recomendando o silêncio epistemológico para questões metafísicas irresolvíveis, o foco da filosofia deve ser voltado à pragmática da linguagem, os usos significativos das palavras e das expressões na linguagem ordinária. Com efeito, essa nova orientação do espírito “[...] faz a filosofia descansar, de tal maneira que ela não é mais espicada por questões que colocam ela mesma em questão” (Wittgenstein, 2022, p. 108), como consta no parágrafo 133 das *Investigações*. O silêncio epistemológico não resolve problemas filosóficos, mas faz reconhecer que eles não têm solução simplesmente porque lhes falta significação, uma vez que o significado se encontra tão somente no emprego cotidiano das palavras. Dada a ausência de significado, não há o que se falar de resolução de problemas filosóficos, mas de completa dissolução de tais problemas. Wittgenstein os faz desaparecer como autênticos problemas para, enfim, mostrar aquilo que realmente são, isto é, pseudoproblemas.

O silêncio epistemológico no segundo Wittgenstein é terapêutico à medida que acalma o espírito inquieto dos filósofos, no mais das vezes, inclinado a se agitar por questões carentes de significado. Como atitude antiteórica, o silêncio está ligado à concepção de filosofia do autor, que a compreendia como atividade gramatical. Ao silenciar-se no sentido de renúncia à produção de discursos ou realização de descobertas – um silêncio na mais pura acepção epistemológica – o filósofo wittgensteiniano, desobrigado de teorizar, pode concentrar seus esforços no trabalho de esclarecimento dos conceitos de nossa linguagem ordinária.



3 ALGUMAS DIFERENÇAS NO TRATAMENTO DO SILÊNCIO EPISTEMOLÓGICO

Como o silêncio epistemológico é consequência direta da concepção de linguagem desenvolvida tanto no *Tractatus* quanto nas *Investigações*, é evidente haver ligeiras dessemelhanças no silêncio assumido entre uma fase e outra que, no principal, não alteram o significado de tal posição filosófica, embora se faça necessário apresentar. Um desses elementos de diferenciação diz respeito ao modo como o silêncio é introduzido nas duas perspectivas de linguagem do autor. No *Tractatus*, o tema do silêncio é explicitamente apresentado; basta ver o que diz o aforismo 7: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 2017, p. 261). Nessa última proposição da obra, Wittgenstein afirma claramente que se deve guardar silêncio sobre questões que violam os limites lógicos da linguagem, dado que qualquer tentativa de falar sobre certas coisas incorre em contrassenso. O dever de se calar está explícito e denota a atitude filosófica que se é requerida quando se está diante daquilo que não pode ser dito porque não tem sentido, isto é, o silêncio epistemológico.

Por sua vez, nas *Investigações*, a referência ao silêncio epistemológico é implícita, já que não há uma clara referência ao calar-se. O tema é introduzido em segundo plano, o que se observa nos parágrafos que, em primeiro lugar, versam sobre a filosofia, como o parágrafo 124: “Não é permitido à filosofia, de modo algum, atentar contra o uso efetivo da linguagem; no fim das contas, portanto, ela só pode descrevê-lo. Pois ela também não pode fundamentá-lo. Ela deixa tudo como está” (Wittgenstein, 2022, p. 104). Aqui, o silêncio epistemológico aparece como a contraparte da atividade descritiva que caracteriza a filosofia; ao definir o que compete à filosofia – como atividade filosófica que consiste na descrição do uso efetivo da linguagem, isto é, como gramática filosófica – Wittgenstein deixa implícito que o silêncio epistemológico deve ser observado para aquilo que não compete à filosofia por extrapolar o âmbito do uso efetivo da linguagem. Como ao filósofo cabe produzir enunciados que descrevem o emprego regrado das palavras nos jogos de linguagem, logo, para tudo o mais cabe o silêncio epistemológico. Parafrazeando o aforismo 7 do *Tractatus* no contexto do segundo Wittgenstein: sobre aquilo que não se pode descrever, deve-se silenciar.



Outra diferença que se observa diz respeito à finalidade do silêncio nas duas fases da filosofia de Wittgenstein. Basicamente, para o primeiro Wittgenstein o silêncio é uma medida que se impõe para não se exprimir contrassensos, pois nada do que eventualmente tem a dizer pode ser dito com sentido. No *Tractatus*, a linguagem figura ou representa a realidade, e o sentido do que se diz provém da relação linguagem-mundo; fora desse âmbito de constituição de sentido simplesmente não há sentido, é contrassenso para o qual cabe o silêncio epistemológico. Nas *Investigações*, por sua vez, o significado das palavras decorre do uso efetivo da linguagem ordinária, cabendo à filosofia produzir enunciados gramaticais que descrevem as regras que orientam o uso significativo das palavras no jogo de linguagem. Consequentemente, o silêncio epistemológico destina-se a coibir qualquer tentativa contrária ao critério pragmático do uso efetivo da linguagem.

Por fim, uma terceira diferença diz respeito ao tratamento conferido aos problemas metafísicos como a ética, a estética, a felicidade e o sentido da vida, Deus e tudo o mais que, no horizonte do *Tractatus*, encerram-se na noção de Místico. Com efeito, este constitui o âmbito de tudo aquilo que é indizível, no sentido de não ser possível dizer alguma coisa com sentido a respeito de tais problemas, uma vez que eles não configuram fatos do mundo. Como o sentido de uma proposição decorre da sua referência à realidade – a linguagem figura o mundo – logo, por não haver o que figurar, uma vez que as questões do Místico não estão no mundo, também não há o que se dizer delas. A dimensão do Místico envolve aquilo que no 6.52 o filósofo considera como sendo “[...] nossos problemas da vida” (Wittgenstein, 2017, p. 261), as questões mais fundamentais para a existência humana.

Sobre o Místico não se cabe dizer e, por isso, deve-se calar, no sentido de não teorizar a seu respeito para não incorrer em contrassensos. Essa posição epistemológica marcadamente antiteórica de Wittgenstein, que delimita o emprego da linguagem à medida que mostra o que pode e o que não deve ser dito, é compreendido por Silvana Borutti como “silêncio em figura negativa” (*cf.* Borutti, 1984, p. 90): uma vez compreendida a lógica da linguagem, nega-se à filosofia a possibilidade de construir teoria em respeito aos limites da linguagem.

Em que pese esse aspecto negativo do silêncio, no entanto, o mesmo “calar-se” também apresenta um aspecto positivo, posto ele viabilizar a possibilidade de que os problemas da vida possam ser mostrados. Como já afirmado no tópico sobre o silêncio no



primeiro Wittgenstein, uma vez que não se deve falar sobre tudo aquilo que realmente importa, então, resta apenas mostrá-lo e, para tanto, dos mais diversos modos:

Existem muitas maneiras de mostrar o inexprimível. Assim, por exemplo, a lógica pode mostrar os limites do mundo dispondo certos símbolos de determinadas formas. A música e a arte podem mostrar algo importante dispondo sons e cores de certa forma. Cantar, representar, rezar e até assobiar são possíveis modos de mostrar. O Místico pode ser mostrado (Fann, 2003, p. 53, tradução nossa).

Pelo fato de que silêncio permite que o Místico se mostre, Silvana Borutti o considera como “silêncio em figura positiva” (*cf.* Borutti, 1984, p. 85) para acentuar esse aspecto positivo. Delimitando a linguagem (silêncio em sentido negativo), o silêncio faz emergir exatamente aquilo que configura o limite constitutivo da linguagem, isto é, o Místico, o qual é a condição de possibilidade do dizer (silêncio em sentido positivo).

Nas *Investigações*, por sua vez, não há referência ao Místico, mas há referências às questões que, no primeiro Wittgenstein, caracterizavam os “problemas da vida” que estavam relacionados ao indizível, porém, mostrável. No horizonte do segundo Wittgenstein, a linguagem configura um emaranhado composto dos mais variados jogos de linguagem, nos quais os significados das palavras são dados a partir do uso da linguagem em cada contexto de jogo. É a partir de sua preocupação com a linguagem ordinária que se compreende as referências do autor aos problemas metafísicos.

Por exemplo, quanto à dimensão religiosa, no parágrafo 23 encontra-se o “[...] rezar” (Wittgenstein, 2022, p. 38) em meio a um rol de exemplos de jogos de linguagens. Disso se depreende a existência de jogos de linguagem religiosos, com significados, usos e regras atinentes à linguagem religiosa.

Já no parágrafo 77 menciona-se a ética e a estética como contextos em que a busca por traçar limites nítidos aos conceitos poderia causar dificuldades. Isto porque Wittgenstein defende a ideia de que os conceitos prescindem de definições precisas, pois isto poderia encerrar o alcance da compreensão de seus significados; em vez disso, deve-se ver os traços comuns nos seus diferentes usos, as semelhanças de família que possibilitam maior compreensão do que os conceitos significam. Disso decorre a sugestão do filósofo:



Numa dificuldade como essa, sempre se pergunte: Como foi, então, que aprendemos o significado dessa palavra (“bom”, por exemplo? A partir de que exemplos; em quais jogos de linguagem? Você verá mais facilmente, então, que a palavra precisa ter uma família de significados (Wittgenstein, 2022, p. 79).

Da leitura do trecho acima também se depreende a existência de jogos de linguagem morais e estéticos. O próprio conceito de “bom” é compreendido a partir da análise dos diferentes usos da palavra nos jogos de linguagem morais. Isto posto, entende-se que no segundo Wittgenstein os problemas metafísicos podem ser analisados pela filosofia enquanto questões linguísticas relativas ao emprego da linguagem ordinária, e não como questões em si mesmas. Como no exemplo dado acima por Wittgenstein, o valor ético é investigado pela gramática filosófica enquanto expressão cujo significado encontra-se no uso que dela é feito segundo as regras gramaticais de um jogo de linguagem particular.

Portanto, embora já não subsista a figura do silêncio em sentido positivo – enquanto possibilita mostrar o Místico – contudo, permanece firme a ideia de silêncio em sentido negativo – como limite à linguagem e, portanto, à filosofia. Assim, enquanto o silêncio epistemológico de Wittgenstein, na primeira fase do pensamento, detinha duplo aspecto – positivo e negativo – em sua fase tardia mantém-se apenas em seu sentido negativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo o itinerário filosófico de Wittgenstein, vislumbra-se na atitude filosófica do silêncio epistemológico um elo que une as duas fases de seu pensamento. A interpretação aqui oferecida não pretendeu esgotar o tema do silêncio no autor, tampouco esgotar o debate acerca da continuidade entre o primeiro e o segundo Wittgenstein, até porque há diversos outros aspectos que poderiam ser aprofundados. No entanto, tentou-se evidenciar que o silêncio epistemológico marca um acentuado posicionamento de Wittgenstein em relação à filosofia e à linguagem, pois o autor reconhece a necessidade de se calar e, assim, renunciar a falar de problemas que atentam contra os limites de produção de significado da linguagem. Há situações nas quais o dizer deve ser necessariamente preterido em favor do silêncio, e há uma razão filosófica para se silenciar: não produzir



conteúdo vazio de sentido (*Tractatus*) ou vazio de significado (*Investigações*). É por isso que o silêncio filosófico de Wittgenstein é também epistemológico, sendo este um traço de continuidade entre as fases de seu pensamento.

Este silêncio não é um silêncio qualquer, um calar-se ou abster-se de falar por motivo banal, mas um silêncio filosófico porque está estreitamente relacionado à concepção de filosofia do autor e ao seu principal objeto de investigação, que é a linguagem. A filosofia não explica nada, não cria nada, não descobre nada, não fundamenta nada, pois não pode acrescentar algo novo ao conhecimento humano. Mas, então, o que ela pode? Cabe-lhe esclarecer o que já existe. Silenciando no sentido de renunciar a teorizar, abre-se a possibilidade para a filosofia realizar aquilo com que verdadeiramente pode se ocupar, que é a tarefa de compreensão da linguagem.

O filósofo não se cala porque não sabe alguma coisa, no sentido de não estar a par de um determinado conhecimento; em vez disso, seu silêncio é epistemológico porque está relacionado ao que se pode conhecer: em filosofia, cala-se porque não se tem nada a acrescentar ao que já é conhecido. A filosofia não diz (não explica) nada. De início ao fim, Wittgenstein mantém-se fiel a esse posicionamento. A filosofia continua calada.



REFERÊNCIAS

- BLACK, Max. *A companion to Wittgenstein's "Tractatus"*. Ithaca: Cornell University Press, 1964.
- BORUTTI, Silvana. Wittgenstein e le figure del silenzio. *Il piccolo Hans: rivista di analisi materialistica*, Bari, n. 42, p. 79-99, abr.-jun. 1984. Disponível em: <https://www.bibliotecaginobianco.it/flip/PHS/PHS11-4200/79/>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BUCHHOLZ, Kai. *Compreender Wittgenstein*. 2. Ed. Trad. Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARNAP, Rudolf; HAHN, Hans; NEURATH, Otto. A concepção científica de mundo – O Círculo de Viena. *Cadernos de história e filosofia da ciência*, v. 10, série 1, p. 5-20, 1986. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/1220>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- DONAT, Mirian. *Linguagem e significado nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein: uma análise do argumento da linguagem privada*. Tese (Doutorado em Filosofia) – UFSCAR, São Carlos, 2008.
- FANN, K. T. *El concepto de filosofía em Wittgenstein*. Madrid: Tecnos, 2003.
- MARTÍNEZ, Horacio Luján. *Subjetividade e silêncio no "Tractatus" de Wittgenstein*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo, 2022.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.